

*Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho
Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizadores)*

 **Atena**
Editora
Ano 2020

***Educação
Profissional e
Tecnológica:
Empreendedorismo
e Desenvolvimento Científico***

*Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho
Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizadores)*

Atena
Editora
Ano 2020

***Educação
Profissional e
Tecnológica:
Empreendedorismo
e Desenvolvimento Científico***

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Tais Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação profissional e tecnológica: empreendedorismo e desenvolvimento científico

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Karine de Lima Wisniewski
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho
Clayton Robson Moreira da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação profissional e tecnológica [recurso eletrônico] : empreendedorismo e desenvolvimento científico / Organizadores Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho, Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-294-4

DOI 10.22533/at.ed.944202708

1. Administração. 2. Empreendedorismo. 3. Inovações tecnológicas. I. Carvalho, Thatianny Jasmine Castro Martins de Il.Silva, Clayton Robson Moreira da.

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Educação Profissional e Tecnológica: Empreendedorismo e Desenvolvimento Científico”, publicado pela Editora Atena, reúne e articula, de forma interdisciplinar, dezesseis capítulos que contribuem para a divulgação científica na área de Educação Profissional e Tecnológica, por diversas matizes teórico-metodológicas.

A primeira metade do livro traz contribuições em torno da grande área da Educação, com os quatro capítulos iniciais articulados pelas experiências formativas de Educação Profissional em diferentes IES. Essa discussão carrega significativa relevância científica e social, uma vez que permite ao leitor a imersão nas práticas de Educação Profissional e Tecnológica, sob múltiplas referências e em diferentes espacialidades, possibilitando a ampliação e a reconstrução desse campo científico.

Os capítulos que seguem refletem acerca de Modalidades de Ensino, Currículo, sociabilidades e experiências de Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, que, não obstante, formulam, na diversidade das possibilidades investigativas, a ampliação dos olhares, leituras e compreensões. Os textos dialogam entre si ou se complementam, quando, por exemplo, na revelação das práticas docentes pode-se traçar pontos convergentes e/ou divergentes entre as realidades em estudo e, até mesmo, construir percepções mais densas e abrangentes.

Os textos finais desta produção trazem abordagens que ensejam reflexões sobre o trabalho, seus desafios e as consequências psicossociais no tocante ao desenvolvimento científico. Historicamente, a Educação Profissional e Tecnológica vem emergindo como um meio para a profissionalização do trabalho e um instrumento transformador de inclusão e empoderamento.

Portanto, a grandeza desta obra está nas confluências interdisciplinares que os textos veiculam, de modo que este livro agrega à grande área da Educação um material rico e diversificado, possibilitando a ampliação do debate acadêmico e conduzindo docentes, pesquisadores, estudantes, gestores educacionais e demais profissionais à reflexão sobre os diferentes temas que se desenvolvem no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica. Finalmente, agradecemos aos autores pelo empenho e dedicação, que possibilitaram a construção dessa obra de excelência, e esperamos que este livro possa ser útil àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos sobre os temas abordados.

Boa leitura!

Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho
Clayton Robson Moreira da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A FORMAÇÃO PEDAGÓGICA EM SERVIÇO DE DOCENTES BACHARÉIS E TECNÓLOGOS NO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ: ENTRE O DITO E O VIVIDO

Hobson Almeida Cruz
Ana Cláudia Uchôa Araújo
Armênia Chaves Fernandes Vieira
Erica de Lima Gallindo
Jarbiani Sucupira Alves de Castro

DOI 10.22533/at.ed.9442027081

CAPÍTULO 2..... 14

A TRAJETÓRIA DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE EMPREENDIMENTOS POPULARES E SOLIDÁRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI: UMA AVALIAÇÃO EM PROCESSO

Victoria Régia Arrais de Paiva
Gil Célio de Castro Cardoso

DOI 10.22533/at.ed.9442027082

CAPÍTULO 3..... 27

O PERFIL DOS ALUNOS DO PROEJA: SENTIDOS E SIGNIFICADOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Carolina Coimbra de Carvalho
Andréia Carolina Severo Lima
Natannael Castro Vilhena

DOI 10.22533/at.ed.9442027083

CAPÍTULO 4..... 41

NARRATIVAS SOBRE A INTERNET DE LÁBREA-AM: FUNDAMENTOS E DESAFIOS ACERCA DOS SERVIÇOS (IN)DISPONIBILIZADOS

Antonio Paulino dos Santos
Antônia Leuda Campos de Farias
Laís de Souza Silva
Maria Eduarda Souza de Lima

DOI 10.22533/at.ed.9442027084

CAPÍTULO 5..... 59

UM OLHAR SOBRE A SOCIALIZAÇÃO TARDIA NA GRADUAÇÃO

Jennifer Juliana Barreto Bezerra Costa
Adir Luiz Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.9442027085

CAPÍTULO 6..... 72

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – ANÁLISE DOS DESAFIOS FUTUROS

Adelcio Machado dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.9442027086

CAPÍTULO 7.....	86
A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO RELACIONADA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
Gabriela Brutti Lehnhart	
Sabrina Fernandes de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.9442027087	
CAPÍTULO 8.....	95
EDUCAÇÃO PELO TRABALHO EM SAÚDE: FORMAÇÃO PROFISSIONAL E CURRÍCULO ORIENTADO PELAS DCNS EM SAÚDE E PNEPS	
Liliádia da Silva Oliveira Barreto	
Mario Roberto Dal Poz	
DOI 10.22533/at.ed.9442027088	
CAPÍTULO 9.....	106
O USO DAS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS COMO APOIO AO ENSINO: ESTUDO DE CASO	
Anna Cristina Barbosa Dias de Carvalho	
Elaine Cristina de Sousa Luiz	
DOI 10.22533/at.ed.9442027089	
CAPÍTULO 10.....	114
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL – ABORDAGEM HISTÓRICA	
Adelcio Machado dos Santos	
Alisson André Escher	
DOI 10.22533/at.ed.94420270810	
CAPÍTULO 11.....	124
O USO DE SÉRIES COMO APOIO AO ENSINO: ESTUDO DE CASO	
Anna Cristina Barbosa Dias de Carvalho	
Elaine Cristina de Sousa Luiz	
DOI 10.22533/at.ed.94420270811	
CAPÍTULO 12.....	136
A EXPERIÊNCIA DO NÚCLEO DE ESTUDOS FILOSÓFICOS DO IFPA CAMPUS ÓBIDOS - NEFIL DISCUTINDO A IMPORTÂNCIA DA FILOSOFIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
Erika Viana de Sena	
DOI 10.22533/at.ed.94420270812	
CAPÍTULO 13.....	139
VAREJO COMO IMPULSIONADOR DO CRESCIMENTO DAS VENDAS: UM MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	
Cleide Ane Barbosa da Cruz	
Évelin Santos da Palma	
Joselaine Santos Lima	
Lívia de Jesus Santos	

Cleide Mara Barbosa da Cruz
Cleo Clayton Santos Silva
Nadja Rosele Alves Batista
Anderson Rosa da Silva

DOI 10.22533/at.ed.94420270813

CAPÍTULO 14..... 155

A IMPORTÂNCIA DA CONSULTORIA CONTÁBIL COMO FORMA DE REDUÇÃO DA ASSIMETRIA DA INFORMAÇÃO NAS MICROEMPRESAS

Flaviano Ferreira de Araújo
Francisco José Viana de Souza
Jean Carlos Santos Araújo
José Antônio De Carvalho Sobrinho
Lidiane da Costa Reis Lima
Tamires Almeida Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.94420270814

CAPÍTULO 15..... 164

GOVERNO ULTRALIBERAL: DOMINÂNCIA EXTERNA, DESMONTE DO ESTADO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO - IMPOSIÇÃO DO CONSENSO DE WASHINGTON

André de Souza Gomes
Paulo Elson Fernandes Gadelha
Thisciane Ferreira Pinto Gomes
Samilla Ferreira Dantas

DOI 10.22533/at.ed.94420270815

CAPÍTULO 16..... 173

SÍNDROME DE BURNOUT, QUALIDADE DO SONO E DE VIDA DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE INTENSIVISTAS: REVISÃO INTEGRATIVA

José Wennas Alves Bezerra
Celina Araújo Veras
Maylla Salete Rocha Santos Chaves
Gleison Vitor Ferreira de Castro da Silva
Paulo Gabriel Leal Gonçalves
Gustavo Ribeiro Palmeira
André Rodrigues Carvalho
Talyta da Silva Guimarães
Jederson Valentim Silva
Antonia Mariane de Sousa Pereira
Maria Santa Oliveira Sousa
Haynara Hayara Mágulas Penha

DOI 10.22533/at.ed.94420270816

SOBRE OS ORGANIZADORES 180

ÍNDICE REMISSIVO 181

AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL – ABORDAGEM HISTÓRICA

Data de aceite: 19/08/2020

Adelcio Machado dos Santos

Universidade Federal de Santa Catarina
(UFSC).
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe
(Uniarp).

Alisson André Escher

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe
(Uniarp).

RESUMO: O consenso aponta para a necessidade de alguma metodologia de avaliação com o fim de verificar a qualidade do ensino superior no país. Entretanto, o mesmo consenso não é verificado quando se trata de construir uma metodologia adequada, que realmente avalie o complexo contexto da comunidade universitária, onde permeiam diferentes interesses, diversas atividades formativas, várias formas de ensino-aprendizagem, enfim, uma realidade marcadamente complexa. Essa metodologia não deve apenas exercer uma função reguladora, de controle, de modelação e de ajustamento, como tem sido feito pelo Estado até o presente, mas também deve ser formativa e emancipadora, possibilitando que a instituição corrija seus problemas e melhore os instrumentos de aprendizagem e formação, com vistas a formar verdadeiros profissionais, preocupados com as desigualdades sociais que os esperam fora do contexto universitário, bem como as dificuldades de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Educação superior; Universidade, Avaliação.

EVALUATION OF HIGHER EDUCATION IN BRAZIL - HISTORICAL APPROACH

ABSTRACT: The consensus points to the need for some evaluation methodology in order to verify the quality of higher education in the country. However, the same consensus is not verified when it comes to building an adequate methodology, which really assesses the complex context of the university community, where different interests, diverse training activities, various forms of teaching-learning permeate, in short, a markedly complex reality. This methodology must not only exercise a regulatory, control, modeling and adjustment function, as it has been done by the State to date, but it must also be formative and emancipatory, enabling the institution to correct its problems and improve learning instruments. and training, with a view to training real professionals, concerned with the social inequalities that await them outside the university context, as well as work difficulties.

KEYWORDS: Higher education; University; Evaluation

INTRODUÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar, à luz do magistério de Silva (2004), que a avaliação na escola sempre foi uma prática em discussão, a ansiedade a resistência de muitos duplica quando se diz que é preciso mudá-la, transformá-la, para que se alcance uma escola verdadeiramente inclusiva.

A trajetória da avaliação do ensino superior no Brasil é recente, mas já passou por diversas experiências e modificações durante esse curto período de tempo, gerando conflitos que culminaram com a implementação do Exame Nacional de Cursos – o Provão. A necessidade de avaliação do ensino superior resultou de sua expansão quantitativa e da diversificação institucional do ensino superior.

DESENVOLVIMENTO

É no final da década de 50 e durante a década de 60 que, segundo Sguissardi (1997), estão localizadas as origens do processo de avaliação do ensino superior, o qual resultou na constituição do Provão, ainda que desde de suas origens o sistema de avaliação tenha sofrido transformações relevantes em virtude das mudanças nos principais fatores estruturais e conjuntura que o condicionam.

No período que antecedeu ao Golpe Militar, a partir do momento em que percebeu que o modelo vigente de universidade era incapaz de responder às exigências de seu tempo, foi realizada uma avaliação para que se pudesse propor uma reforma do ensino superior. Em relação a isto, Sguissardi (1997, p. 47) acrescenta que “assim como em toda a história da Universidade e das Instituições, os momentos cruciais de suas reformas, frustradas ou não, vêm precedido de processos de avaliação”.

Entretanto, em virtude do Golpe Militar, juntamente com projetos de desenvolvimento econômico, foram deixados de lado os projetos de uma nova universidade com base na realização de avaliações assistemáticas. As demandas e consequências econômicas e sociais da nova fase do desenvolvimento capitalista apontavam para a necessidade de ampliar o acesso ao Ensino Superior, principalmente para a classe média, além de impor a racionalização das atividades universitárias para obter maior eficiência e produtividade (SQUISSARDI, 1997).

Com a deterioração da economia e o fortalecimento de movimentos contra a ditadura, na sociedade civil e no interior da universidade, os quais objetivavam a reorganização sindical, a anistia geral, o governo tratou de responder, primeiro, com ameaças de privatização efetiva do Ensino Superior Público, depois com a transformação de todas as Universidades Autárquicas em Fundações e com propostas de reformas gerenciais que apontavam para a urgente necessidade de avaliação das universidades. A ameaça se completava com a proposta de vinculação da distribuição dos recursos do Tesouro Nacional aos resultados dessa avaliação, claramente pautada em moldes centralizadores, burocráticos, autoritários e eficientistas.

De acordo com Siqueira (2002), o debate mais profundo sobre a avaliação do ensino superior teve início na década de 80, sendo que gerou, desde suas origens, polêmicas profundas e polarizadas, principalmente condizentes à avaliação e sua virtual ameaça à

autonomia universitária.

Em relação a esse entendimento, Sguissardi (1997) acrescenta que em meio ao contexto de conflitos originados durante o Governo Militar que, a partir de 1985, com as Comissões de Alto Nível (Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior – GE – RES – e Comissão Nacional pela Reformulação da Educação Superior), despenca diretamente sobre a universidade a questão da avaliação.

Os relatórios/propostas produzidos por essas duas comissões tinham como questão central o binômio autonomia-avaliação, ambos subordinados a um mesmo tipo de lógica, a lógica da eficiência. O que se pode destacar também em relação a este assunto é a tradição do governo brasileiro de criar comissões de alto nível, ou seja, o hábito de legislar pelo alto, sem nenhum tipo de debate democrático com a comunidade universitária.

A partir da década de 80, o interesse demonstrado pela avaliação, principalmente por parte de governos neoconservadores e neoliberais, começou a ser traduzido pela expressão “Estado avaliador”. Essa expressão significa, de modo geral, que o Estado vem adotando um *ethos* competitivo, *neodarwinista*, passando a admitir a lógica do mercado, por meio da importação para o domínio público de modelos de gestão privada, com enfoque nos resultados ou produtos dos sistemas educativos (AFONSO, 2000).

Uma ideologia da privatização passou a existir em meio ao ensino, enaltecendo-se o capitalismo de livre-mercado, o que conduziu a modificações e mudanças profundas no papel do Estado, tanto ao nível local, quanto ao nível nacional. Nesse sentido, a diminuição das despesas públicas exigiu, além da adoção de uma *cultura gestonária* no setor público, a indução rumo a criação de mecanismos de controle e responsabilização mais sofisticados.

Segundo Afonso (2000), a avaliação surge como um pré-requisito para que seja viável a implementação desses mecanismos de privatização. Aliás, sem objetivos claros e previamente definidos não é viável criar indicadores e medir as performances dos sistemas numa época que se caracteriza pela exigência de acompanhamento dos níveis de educação nacional e pela necessidade de manter e criar padrões de inovação científica e tecnológica para enfrentar a competitividade internacional.

Todavia, em virtude da adoção dessas políticas neoliberais, um novo viés positivista recai sobre a própria teoria da avaliação que já vinha evoluindo com base em epistemologias antipositivistas e pluralistas. Ressalte-se que a necessidade da avaliação, por parte do Estado, sempre se torna mais visível em momentos nos quais prevalecem incertezas ou dúvidas acerca da recepção ou a consecução de determinadas políticas públicas.

Compartilhando do mesmo entendimento, Sguissardi (1997) afirma que tanto com base nos documentos oficiais mais importantes, quanto nos pronunciamentos dos titulares do MEC, na década de 80 e 90, as propostas oficiais de educação ambiental estão constantemente pautadas, apesar da linguagem mais ou menos disfarçada, na ideia de eficiência, de produtividade, correspondentes à concepção neoliberal de modernização ou, simplesmente, à lógica do capital no desenvolvimento da sociedade contemporânea.

Para justificar a adoção de processos avaliativos, segundo Sguissardi (1997, p. 55) recorre-se a argumentos como:

a) o absoluto consenso que haveria na comunidade universitária quanto à sua importância (sem qualquer referência ao tipo de avaliação, a quem solicita, para que finalidade etc.); b) as atividades universitárias 'não podem mais ser desenvolvidas a qualquer custo'; c) sem avaliação não se pode 'conhecer a relevância social dos objetivos propostos, bem como a eficácia, o impacto e a eficiência das ações realizadas'; d) a necessidades de 'romper a entropia interna das universidades'.

No contexto dessas discussões e refletindo o pensamento dominante nas instituições de ensino superior federais acerca do tema, especialmente com a contribuição da Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Educação Superior – ANDIFES, foi elaborado um primeiro modelo de avaliação no país, consubstanciado no Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB. Surgido em 1993, o PAUB orientou o processo de avaliação de instituições de ensino superior – IES, públicas e privadas, que voluntariamente, aderiram ao Programa.

O documento básico do PAIUB, segundo Stein (2003), é formado pela fundamentação teórica, os objetivos, as características, as diretrizes para o desenvolvimento da proposta, as variáveis e os indicadores institucionais de avaliação das faculdades, universidades e demais instituições de educação superior. Além disso, contém o detalhamento da Avaliação do Ensino de Graduação, seus aspectos gerais, metodologia, fluxograma de desenvolvimento do projeto e avaliação da IES, a elaboração do diagnóstico, indicadores relativos ao ensino de graduação, a avaliação interna, a avaliação externa e conclusão.

O PAIUB defende também que a avaliação representa um processo sistemático de prestação de contas à sociedade, visto que a educação é um bem público e seus benefícios atingem toda a sociedade. Por isso, ela deve ser avaliada em termos de eficácia social de suas atividades, assim como, em termos de eficiência de seu funcionamento (STEIN, 2003).

A partir de 1995, o sistema de avaliação foi oficializado e dinamizado pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, tendo como base legal os dispositivos da Lei nº 9.131, de 14 de novembro de 1995, o qual instituiu a realização anual dos exames nacionais dos cursos. Além desta lei, destaca-se também a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que consolida definitivamente o processo permanente de avaliação do ensino superior, passando a incorporar os resultados dos demais processos de avaliação, bem como o Decreto nº 2.206, de 10 de outubro de 1997, que estabeleceu procedimentos de avaliação de cursos e instituições de ensino superior, bem como (SIQUEIRA, 2002).

No entender de Stein (2003), a partir da metade da década de 90, a avaliação institucional ganhou novos rumos devido às políticas públicas para o Ensino Superior no Brasil, implementadas por uma legislação decretada, sem o envolvimento das partes interessadas, ou seja, as próprias instituições de educação superior.

Neste contexto, o Decreto nº 2.206/97 (BRASIL, 1997) determina:

“Art. 1º O processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior compreenderá os seguintes procedimentos:

I - análise dos principais indicadores de desempenho global do sistema nacional de ensino superior, por região e unidade da federação, segundo as áreas do conhecimento e o tipo ou a natureza das instituições de ensino;

II - avaliação do desempenho individual das instituições de ensino superior, compreendendo todas as modalidades de ensino, pesquisa e extensão;

III - avaliação do ensino de graduação, por curso, por meio da análise das condições de oferta pelas diferentes instituições de ensino e pela análise dos resultados do Exame Nacional de Cursos;
IV - avaliação dos programas do mestrado e doutorado, por área do conhecimento.”

CONCEITO DE AVALIAÇÃO

Avaliar, sob o ponto de vista semântico, consiste em atribuir um valor a alguém ou alguma coisa. Todavia, a definição de avaliação é, na verdade, uma questão mais complexa do que realmente se imagina, defende Ristoff (2003). Há várias discordâncias em torno do conceito de avaliação.

Tyler (1950 apud RISTOFF, 2003), definiu a avaliação como o processo utilizado para determinar até que ponto os objetivos educacionais foram realmente alcançados. Nessa abordagem, a avaliação está fortemente centrada em objetivos e, sob essa perspectiva, um currículo ou instituição é bem avaliado ou avaliada se os objetivos expressos foram atendidos, não cabendo ao avaliador qualquer questionamento sobre os mesmos.

Já, Cronbach (1963 apud RISTOFF, 2003), diz que a avaliação consiste em uma coleta de informações destinada a pautar uma tomada de decisão. Nessa definição é estabelecida uma função instrumental importante ao processo, qual seja a de coletar informações importantes que possam prover os administradores para tomada de decisões. Nessa abordagem, não é preciso julgar objetivos, pois o juízo já está implícito no tipo de indicadores que selecionará.

Stake (1969 apud RISTOFF, 2003,) assim conceitua a avaliação:

A avaliação é a descoberta da natureza e do valor de alguma coisa. Os propósitos da avaliação podem ser muitos, mas a avaliação sempre tenta descrever algo e indicar os seus méritos e deméritos... A avaliação não é uma busca de causas e efeitos, um inventário do status presente, ou uma previsão de sucesso futuro. Ela é tudo isto, mas somente na medida que contribuir para a identificação da substância, função e valor.

Em relação a essa definição, Ristoff (2003) ressalta que nela se recoloca a ideia de que avaliar consiste em descobrir o valor e a natureza de um objeto. Avaliar implica em descrever o objeto e ao fazê-lo é preciso identificar méritos e deméritos do objeto. Na realidade, para o autor da definição acima, identificar causas e efeitos e tirar conclusões acerca do estado presente, bem como realizar previsões para o futuro são mera consequência e que só fazem sentido se precedidos da identificação do que denomina de substância do objeto, de sua função e de seu valor. Mas os méritos, deméritos e valores são sempre encontrados nos objetos e não são nunca uma imposição do observador.

Guba e Lincoln (1989 apud RISTOFF, 2003) defendem a abordagem de que não existe uma maneira correta de definir avaliação, uma maneira que, se encontrada, colocaria fim à argumentação sobre como ela deve proceder e sobre quais são os seus propósitos. Para estes autores, os conceitos de avaliação são apenas construtos mentais que significam a imposição de uma compreensão específica da realidade, buscando de certa forma congelar os seus procedimentos e os seus objetivos, que na visão dos autores devem permanecer indefinidos em nome da criatividade e da negociação ou transação que deve ser inerente ao processo.

No Brasil, destaca-se a definição dada ao termo avaliação pelo PAIUB, em 1994, o qual defende que a avaliação é um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico. Além disso, a avaliação é uma ferramenta para o planejamento da gestão universitária e um processo sistemático de prestação de contas à sociedade. Isso significa acompanhar de forma metódica as ações no intento de verificar se as funções e prioridades determinadas coletivamente estão sendo realizadas e atendidas. É este contraponto entre o pretendido e o realizado que assegura o devido sentido da realização da avaliação.

Nesse conceito do PAIUB, destaca-se a preocupação com a natureza formativa da avaliação, a preocupação com o caráter sistemático do processo, a ideia da prestação de contas à sociedade, a noção de avaliação enquanto instrumento útil à administração educacional e a ideia da avaliação centrada nos objetivos.

Comentando o conceito de avaliação dado pelo PAIUB, Ristoff (2003) ressalta que talvez a única novidade do conceito, no plano específico da definição, em comparação com conceitos já anteriormente elaborados, tenha sido a ideia da continuidade. O que

torna a definição do PAIUB mais complexa é sua preocupação em determinar princípios norteadores, objetivos e características que ajudam a melhor definir o programa como um todo.

Desse modo, princípios como a “continuidade, a adesão voluntária, o respeito à identidade institucional, a não-punição e premiação, a legitimidade, globalidade e comparabilidade”, dispostos lado a lado, segundo Ristoff (2003), tornaram-se elementos definidores de uma compreensão de avaliação institucional até então inexistente. Nesse sentido, o PAIUB, ainda que claramente influenciado pela compreensão de avaliação estabelecida na bibliográfica internacional, passa a ser um programa com grau relevante de originalidade na sua concepção.

Dias Sobrinho (1995 apud RISTOFF, 2003) diz que a avaliação institucional compreende um empreendimento sistemático que objetiva obter a compreensão global da universidade, pelo reconhecimento e pela integração de suas diversas dimensões. Três importantes aspectos podem ser destacados nessa definição.

O primeiro desses aspectos, segundo Ristoff (2003), concerne à ideia de que a avaliação, em virtude de sua dimensão, não é somente um estudo sistemático, mas um empreendimento, isto é, algo árduo e difícil de ser realizado, que necessita de decisão e vontade política para ser realizado.

O segundo aspecto está ligado à resistência em relação às avaliações centradas em compreensões parciais, fundadas em alguns poucos indicadores que se tornam representativos do todo para decretar o estado de uma instituição. Nesse sentido, no caso da avaliação do ensino superior, por exemplo, a única forma de fazer justiça em relação a essa instituição de múltiplas funções e complexa depende-se de uma compreensão global (RISTOFF, 2003).

O terceiro aspecto do conceito, por sua vez, diz que não basta somente reconhecer as diferentes dimensões de uma instituição, pois também é preciso perceber até que ponto estas funções estão integradas ou organicamente articuladas entre si. Não é viável conceber uma administração universitária sem analisar suas implicações sobre o ensino, a pesquisa e a extensão, da mesma forma que não se pode ver as atividades-fim da universidade sem as suas articulações com toda a dimensão administrativa e de infraestrutura (RISTOFF, 2003).

De acordo com Silva e Budag (2003), o conceito de avaliação geralmente é vinculado a um processo de cobrança, controle e punição, e não a um referencial para a melhoria da qualidade das ações institucionalmente desenvolvidas. Portanto, vencer essa cultura, transformando a avaliação e uma ferramenta para a melhoria perceptível da qualidade de ensino é um desafio a ser enfrentado no âmbito da educação superior.

Na concepção de Stein (2003, p. 31), a avaliação consiste em um “processo de análise e revisão, contínuo, que embasa as novas tomadas de decisão”. A avaliação integra a rotina da vida das pessoas, pois cada ação que é realizada por uma pessoa geralmente é precedida de uma avaliação, principalmente se essa ação implicar uma tomada de decisão.

Em muitos momentos a autoavaliação de algum ato já realizado se faz necessária, para um repensar de atitudes, de decisões já concretizadas, em especial aquelas que não dão certo. Da mesma, forma, se fazem necessários os processos de avaliação nas instituições constitutivas do Estado e que atuam em diferentes setores: educação, exército, jurídico, saúde, infraestrutura, etc. (STEIN, 2003).

Existem diversos métodos de avaliação, sendo que a concepção pedagógica da instituição, curso ou disciplina condiciona a escolha do método. Assim, quando a concepção de educação é centrada na ideia de transmissão do conhecimento, tanto a avaliação do aluno quanto do professor, enfocam profundamente o “como transmitir”. Isso significa que são ressaltadas as qualidades, habilidades e experiências do professor, cabendo ao aluno um papel passivo de reprodutor do que lhe foi ensinado.

Nesse modelo de ensino, a avaliação discente tem primordialmente um caráter classificatório, pontual e punitivo, valorizando o aspecto cognitivo, cabendo ao professor o papel de fiscalizar e controlar. Já a avaliação dos docentes, quando realizada pelos alunos, privilegia características pessoais dos professores, abandonando os avanços adquiridos em relação ao próprio processo educativo (SIQUEIRA, 2002).

Quando um método de avaliação é aplicado ao modelo ativo de aprendizagem, parte-se da premissa de que ninguém pode aprender pelo outro. O processo de aprendizagem resulta das experiências, habilidades e capacidades desenvolvidas pelo educando, sendo responsabilidade do professor o papel de mediar a relação do aluno com o conhecimento, o que proporciona uma ambiente favorável para o crescimento mútuo.

Assim, no caso da avaliação do ensino num modelo ativo, realiza-se um processo de acompanhamento da evolução do aluno em diversas dimensões, quais sejam: cognitiva (saber conhecer), de habilidades (saber fazer) e de atitudes (saber ser e saber conviver), identificando os progressos e auxiliando nas dificuldades detectadas. Nesse contexto, a avaliação discente, irreleva a memorização, a cobrança de conhecimentos pontuais e de situações excepcionais, relevando o espírito crítico, a capacidade de análise e de relacionar fatos (SIQUEIRA, 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se observa, o decreto determina diversos procedimentos de avaliação com o fim de diagnosticar a situação qualitativa do ensino superior no país. Esses processos e procedimentos foram regularmente implementados. Segundo Siqueira (2002), a avaliação das Condições de Oferta soma-se ao Exame Nacional de Cursos, ambos atualmente extintos, e às avaliações continuamente realizadas pelas comissões especialistas de ensino quando da autorização ou do reconhecimento de cursos de graduação, incluindo sempre verificações prévias *in loco* das condições de funcionamento desses.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional**: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2000.

BARRIGA, Angel Diaz. A avaliação no marco das políticas para a educação superior: desafios e perspectivas. **Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES)**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 9 - 28, jun. 2002.

BRASIL. **Decreto nº 2.206, de 10 de outubro de 1997**. Estabelece procedimentos para o processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior. [Brasília], 1997. Disponível em: <<http://www.eduline.com.br/eduline/legislação/Decreto2206.htm>>. Acesso em: 11 jul. 2012.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis, Vozes, 2000a.

_____. Avaliação da educação superior: regulação e emancipação. In: DIAS SOBRINHO, José, RISTOFF, Dilvo I. (Org.). **Avaliação e compromisso público**: a educação superior em debate. Florianópolis: Insular, 2003.

_____. Avaliação quantitativa, avaliação qualitativa: interações e ênfases. In: SGUISSARDI, Valdemar (Org.). **Avaliação universitária em questão**: reformas do Estado e da educação superior. Campinas: Autores Associados, 1997.

_____. **Avaliação**: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Universidade e avaliação**: entre a ética e o mercado. Florianópolis: Insular, 2002.

_____. Universidade: processos de socialização e processos pedagógicos. In: BALZAN, Newton César; DIAS SOBRINHO, José (Org.). **Avaliação institucional**: teorias e experiências. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000b. p. 15 -36.

JACOBSEN, Alessandra de Linhares. **Avaliação Institucional em universidades**: desafios e perspectivas. Florianópolis: Papa-livro, 1996.

LEITE, Denise. Avaliação institucional, reformas e redesenho capitalista das universidades. **Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES)**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 29 - 80, jun. 2002.

MACIEL, Domicio M. Exame Nacional de Cursos – Provão: uma avaliação para melhorar ou excluir? **Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES)**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 39 - 62, mar. 2003.

RISTOFF, Dilvo I. Algumas definições de avaliação. **Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES)**, Campinas, v. 8, n. 2, p. 19 - 30, jun. 2003.

ROTHEN, José Carlos. O vestibular do Provão. **Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES)**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 27 - 38, mar. 2003.

SGUISSARDI, Valdemar. Para avaliar propostas de avaliação do ensino superior. In: _____. (Org.). **Avaliação universitária em questão**: reformas do estado e da educação superior. Campinas: Autores Associados, 1997. .

SILVA, Janssen Felipe da. **Avaliação na perspectiva formativa-reguladora**: pressupostos teóricos e práticos. Porto alegre: Mediação, 2004.

SILVA, Mauro Rogério da; BUDAG, Elenir Roders. Avaliação do desempenho docente pelos alunos: algumas considerações sobre a atuação docente e os resultados da avaliação do seu desempenho pelos alunos. **Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES)**, Campinas, v. 8, n. 2, p. 131 - 140, jun. 2003.

SIQUEIRA, Moema Miranda de. Avaliação docente: implicações éticas. In **Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES)**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 97 - 105, mar. 2002.

STEIN, Maria das Graças Dias Ferreira. O referencial teórico e histórico da avaliação institucional no Brasil Pós-Constituição de 1988. **Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior**.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise SWOT 108, 124, 125, 126, 129, 130, 132

Assimetria da informação 155, 156, 157, 159, 161

Avaliação 11, 12, 13, 14, 18, 19, 25, 32, 49, 64, 71, 75, 79, 82, 96, 104, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 131, 132, 157, 158, 159, 166, 170, 178

C

Capacitação de Recursos Humanos em Saúde 95

Comércio varejista 140, 145, 146, 153

Consenso de Washington 12, 164, 165, 168, 170, 171

Consultoria 12, 92, 155, 156, 159, 160, 161, 162

D

Deficiência intelectual 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94

Desafios 15, 20, 24, 28, 31, 41, 42, 45, 48, 50, 54, 56, 57, 72, 73, 80, 83, 88, 95, 101, 107, 122, 131

Desenvolvimento econômico 115, 131, 164

E

Economia solidária 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26

Educação a distância 1, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85

Educação de Jovens e Adultos 27, 28, 29, 30, 31, 33, 38, 39, 88, 91

Educação Especial 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93

Educação Permanente em Saúde 95, 96, 98, 100, 104

Educação Popular 14, 20, 24

Educação Profissional e Tecnológica 2, 3, 8, 9, 13, 33, 42, 86, 87, 88, 93, 94, 136

Educação Superior 3, 5, 7, 81, 84, 96, 114, 116, 117, 118, 120, 122, 123

Ensino 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 16, 17, 19, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 47, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 106, 107, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 134, 135, 136, 137, 138, 154, 180

Ensino Médio Integrado 27, 36, 38, 39, 136, 137

Ensino Superior 2, 3, 19, 37, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 68, 69, 70, 71, 82, 95, 96, 98, 99, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 134

Especialização 1, 3, 8, 24, 42, 81

F

Formação Docente 1, 3, 4, 5, 6, 8

Formação Profissional 27, 28, 31, 32, 69, 87, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103

G

Globalização 102, 106, 142, 164, 166, 167

I

Incubação 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25

Interdisciplinaridade da Filosofia 136

Internet 18, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 76, 124, 128

L

Legislação 1, 2, 4, 5, 8, 9, 10, 72, 83, 118, 122

M

Mercado 20, 27, 29, 31, 36, 37, 39, 44, 87, 88, 103, 106, 107, 111, 112, 116, 122, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 133, 139, 140, 141, 143, 150, 156, 157, 159, 163, 165, 166, 168, 173, 175

Metodologias ativas 106, 108, 109, 110, 112, 113, 124, 125, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 135

P

Patentes 140, 141, 143, 144, 149, 150, 151, 152, 153, 154

Pensamento Crítico Reflexivo 136, 137

Políticas públicas 14, 17, 18, 19, 24, 25, 28, 29, 76, 90, 91, 95, 99, 103, 116, 118

Precarização do Trabalho 12, 164, 165, 169, 170

PROEJA 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 36, 38, 39

Profissionais de saúde 95, 99, 102, 173, 174, 176, 177, 178

Protagonismo juvenil 136, 137

Q

Qualidade da informação 155, 160

Qualidade de vida 27, 29, 100, 101, 174, 175, 176, 178, 179

S

Saúde 44, 70, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 121, 168, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179

Serviços 41, 42, 43, 44, 45, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 79, 92, 95, 97, 98, 104, 131, 140,

142, 154, 156, 160, 161, 167, 174, 175, 177

Síndrome de burnout 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179

Socialização universitária 59, 67, 71

Sociobiografia 59, 61, 67, 68, 69

Sono 173, 174, 175, 176, 178

Sustentabilidade 14, 21, 24, 180

T

Tecnologias 19, 72, 74, 75, 76, 80, 81, 102, 106, 127, 128, 130, 141

Terapia intensiva 174, 176, 177, 178, 179

Trajetória institucional 14

U

Ultraliberalismo 164, 166, 167

Universidade 14, 15, 17, 18, 19, 27, 40, 42, 44, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 85, 86, 92, 95, 114, 115, 116, 120, 122, 139, 152, 154, 164, 167, 173, 179, 180

Atena
Editora
Ano 2020

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

***Educação
Profissional e
Tecnológica:
Empreendedorismo
e Desenvolvimento Científico***

Atena
Editora
Ano 2020

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

***Educação
Profissional e
Tecnológica:
Empreendedorismo
e Desenvolvimento Científico***